

**O ENSINO DAS ARTES NOS PLANOS DE GOVERNO
DOS CANDIDATOS (AS) À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL****ROBERT ALEXANDRE RODRIGUES**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**TEMISTOCLES DAMASCENO SILVA**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**Resumo:**

Este estudo analisou a atenção dada ao ensino das Artes correlata ao sistema formal de educação com base nas narrativas elencadas pelos candidatos(as) ao cargo de chefe do Poder Executivo Federal. Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória e quanti-qualitativa. Os dados foram coletados nos planos de governo dos agentes políticos supracitados, disponibilizados no portal DivulgaCand do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. O recorte temporal (2010-2022) foi delineado por meio da lei nº 12.034 de 2009 que estabeleceu a obrigatoriedade da publicação dos planos de governo desde então. A organização e tratamento dos dados foram realizados por meio dos seguintes tópicos: ano; candidato(a); partido político; e número de menções ao tema. Em relação a análise quantitativa dos dados, utilizou-se o cálculo da frequência relativa das menções ao ensino das Artes com base nos dados brutos das menções aos descritores “educa”, “art” e palavras similares. No que se diz respeito à análise qualitativa, elencou-se o exame da percepção dos problemas e a definição das alternativas para o ensino das Artes nos planos de governo. Os resultados apontaram 910 menções relacionadas à Educação. Entretanto, somente 8 menções estabeleceram correlação com o ensino das Artes. Concomitantemente, verificou-se um baixo percentual de atenção para o tema com base na proporção dos dados brutos. O ideário elencado na arena eleitoral denota a priorização do ensino das artes no contexto da escola de tempo integral bem como a promoção de ações intersetoriais entre Educação e Cultura na perspectiva de viabilizar a pauta supracitada como demanda de ordem pública.

936

Palavras-chave: Agenda Política. Arte. Educação.**Abstract:**

This study analyzed the attention given to the teaching of Arts related to the formal education system based on the narratives listed by candidates for the position of head of the Federal Executive Branch. This is documentary, exploratory and quantitative-qualitative research. The data was collected from the government plans of the aforementioned political agents, made available on the DivulgaCand portal of the Superior Electoral Court – TSE. The time frame (2010-2022) was outlined through law No. 12,034 of 2009, which established the mandatory publication of government plans since then. Data organization and processing were carried out using the following topics: year; candidate; political party; and number of mentions of the topic. Regarding quantitative data analysis, we used the calculation of the relative frequency of mentions of Arts teaching based on raw data from mentions of the descriptors “educa”, “art” and similar words. With regard to qualitative analysis, the examination of the perception of problems and the definition of alternatives for the teaching of Arts in government plans were listed. The results showed 910 mentions related to Education. However, only 8 mentions established a correlation with the teaching of Arts. At the same time, there was a low percentage of attention to the topic based on the proportion of raw data. The ideas listed in the electoral arena denote the prioritization of arts teaching in the context of full-time schools as well as the promotion of intersectoral actions between Education and Culture with a view to making the aforementioned agenda viable as a public order demand.

Keywords: Art. Education. Political Agenda.

Introdução

A educação é considerada um direito social garantido desde a Constituição da República Brasileira de 1934 (Brasil, 1934). No que se refere a Arte no contexto educacional brasileiro constata-se que a obrigatoriedade da oferta de ensino foi prevista antes do ordenamento legal de 1988, levando em consideração a Lei Federal nº 5.692 de 11 de agosto de 1971: “[...] será obrigatória à inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística [...] nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” (Brasil, 1971, p. 3).

Apesar da Carta Magna de 1988 enfatizar o direito à educação e determinar que o ensino deveria ser fundamentado nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade, pluralismo de ideias, gratuidade nos estabelecimentos públicos, valorização dos profissionais, gestão democrática e garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1988), o ensino das Artes retorna a agenda de políticas públicas em 1996 por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96.

O ordenamento legal supracitado estabeleceu a promoção do desenvolvimento cultural dos alunos por intermédio da obrigatoriedade do ensino das Artes em todos os níveis da educação básica (Brasil, 1996). Albano de Lima (2020) aponta que a partir da LDB a disciplina passa a se chamar Ensino das Artes, na qual um professor licenciado com habilitação exclusiva em uma determinada linguagem deveria, assim como na Educação Artística, abordar também todas as linguagens, mesmo sem a formação específica das demais.

Segundo Albano de Lima (2020), a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que ocorreu em 14 de dezembro de 2018 pelo Ministério da Educação (MEC), trata-se de um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de conhecimentos que todos os alunos devem aprender durante as etapas e modalidades da educação básica como forma de preconizar a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2018).

A BNCC incluiu as Artes na área de conhecimento de Linguagens e suas tecnologias, com objetivos, unidades temáticas, habilidades e competências para as Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Isso corrobora com o enunciado do § 6º, art. 26 da LDB nº 9394/96 e reafirma a polivalência como modalidade pedagógica de ensino das Artes. Essas linguagens ajudam a comunicar conhecimentos sobre produtos e fenômenos artísticos, como a criação, leitura, produção, construção, exteriorização e reflexão sobre diferentes processos artísticos (Albano de Lima, 2020).

Ao considerar a inserção do ensino das Artes na agenda educacional, torna-se possível elencar a possibilidade de um processo complexo e multifacetado, tendo em vista que Baumgartner e Jones (2015) apontam que a escassez de recursos e de atenção, inerentes a qualquer processo organizacional direcionam os responsáveis, por esse processo, a priorizar suas atuações. Dessa forma, faz-se necessário identificar qual a atenção dada ao tema supracitado por parte dos agentes políticos.

De acordo com Cobb e Elder (1971), para compreender a evolução das questões sociais em problemas de ordem pública é necessário analisar a percepção dos mesmos e os fatores que contribuem para essa transformação. Baumgartner e Jones (1993) apontam que os atores políticos têm uma influência significativa no processo de identificar problemas e alternativas. Tais atores têm a capacidade de interferir diretamente nas decisões sobre prioridades de política pública por meio de uma variedade de recursos. Além disso, Rocherfort e Cobb (1994) afirmam que as escolhas feitas com base na percepção e nos interesses dos atores ou de alguns grupos sociais resultam em problemas.

Dearing e Rogers (1996) destacam que à medida que as prioridades políticas mudam, o conteúdo da agenda também muda. Stone (2002) revela que os discursos políticos são projetados para ajudar a colocar ou manter problemas específicos na arena decisória. De acordo com Capela (2018, p.16), afirma que “[...] os interessados em explorar o conflito e transformá-lo numa questão política mobilizarão apoio popular, buscando torná-lo cada vez mais politizado por meio do engajamento daqueles que inicialmente não estão envolvidos.”

Dessa forma, pode-se considerar que o processo eleitoral se apresenta como um espaço para a compreensão da atenção dada a diversos temas por parte dos agentes políticos, inclusive o ensino das Artes. Diante do exposto, almeja-se compreender como o tema é tratado na arena eleitoral brasileira, levando em consideração as percepções dos problemas e definição de alternativas para o ensino das Artes por parte dos agentes políticos brasileiros.

Neste contexto, o estudo em questão refere-se à análise do ensino das Artes nos planos de governo dos candidatos(as) vinculados às diversas representações político-partidárias que participaram do processo eleitoral para o cargo de chefe do Poder Executivo Federal brasileiro, levando em consideração o recorte temporal analisado.

Métodos e técnicas

A pesquisa aqui retratada classifica-se como documental, exploratória e quanti-

qualitativa (Gil, 2008). Os dados foram coletados nos planos de governo dos candidatos(as) ao cargo de chefe do Poder Executivo Federal no site do Tribunal Superior Eleitoral, no que se refere às Eleições Federais de 2010, 2014, 2018 e 2022. Os dados compilados passaram a integrar a base de dados para o desenvolvimento da pesquisa. Cabe salientar, que os referidos dados estão disponíveis no arquivo do Centro de Estudos em Gestão Pública da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEGESP-UESB).

Os documentos escolhidos para análise decorrem da visibilidade destes como uma das etapas que instituem o processo de formação da plataforma de governo que se relaciona diretamente com a percepção dos problemas e a intenção de se propor alternativas específicas para cada questão de interesse público. Dessa forma, Madeira e Tarouco (2011) evidencia que o plano de governo traduz a plataforma de preferência para os diversos problemas públicos notados pelos atores políticos durante a disputa no processo eleitoral. Sendo assim, Capela (2018) salienta que a definição dos problemas e escolhas das alternativas são referências que ocupam um lugar de destaque na análise da formação da agenda governamental.

Ao realizar a seleção dos documentos, utilizou-se o software *Nvivo* versão 12 para analisar os conteúdos. A primeira etapa foi a coleta dos planos de governo correlatos aos candidatos(as) supracitados. Sendo assim, considerou-se 44 planos de governo. Subsequentemente, os documentos identificados foram importados para o software, objetivando-se a coleta e a estruturação dos dados.

Para o referido propósito foram utilizados os descritores “educa” e “art”, bem como todas as palavras similares ao objeto de estudo. Para o primeiro descritor foram consideradas as seguintes palavras: “educação”, “educacionais”, “educacional”, “educadores”, “educandos”, “educativa”, “educativas”, “educativo”, “educomunicação”, “reeducar”, “socioeducacionais”, “socioeducacional”, “socioeducativo” e “socioeducativos”. Já, para o segundo descritor foram consideradas as seguintes palavras: “arte”, “arte-educação”, “artista”, “artística” e “artístico”.

Na segunda etapa, para efeitos de tabulação, foram considerados os critérios de inclusão para os termos que são mencionados em conjunção com as expressões educação e arte: conferências, fundos, leis, planos, políticas, programas, redes e sistemas. Já, os critérios de exclusão nesta mesma etapa, compreenderam os termos não relacionados diretamente com o objeto da pesquisa e termos similares considerados redundantes, dispostos em sumários, capítulos, gráficos, itens e subtítulos. Além disso, foram excluídos também os termos que compreendem as siglas de alguma instância organizacional: órgãos, fóruns, conselhos ou que apresentassem terminologias relacionadas à índices.

Para a análise quantitativa dos dados utilizou-se a estatística descritiva na perspectiva de identificar o percentual de atenção ao tema investigado. Para tal, agrupou-se o número de menções com base no ano, candidato(a) e partido político. Cabe salientar que foram analisadas nesse estudo as menções específicas do ensino das Artes no contexto educacional enquanto componente curricular, objeto central da pesquisa. As demais propostas, mesmo que contemplassem o ensino das Artes em outra instância, como a cultura, por exemplo, não foram consideradas nesse artigo. No que se diz respeito à análise qualitativa, elencou-se o exame da percepção dos problemas e a definição das alternativas para o ensino das Artes por parte dos candidatos(as) analisados no cenário em questão.

Resultados e discussão

Ao analisar o valor absoluto das pautas apresentadas, ou seja, o conjunto de propostas por candidatos(as) por legenda partidária com base nos diversos planos de governo analisados, foi possível constatar 910 menções relacionadas ao tema, sendo 902 menções referentes à educação e apenas 08 menções correlatas ao ensino das Artes, explicitadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantitativo de dados brutos coletados por eleição

ANO	CANDIDATO(A)	PARTIDO	MENÇÕES	
			EDUCAÇÃO	ENSINO DAS ARTES
2010	Dilma Roussef	PT	23	00
	Eymael	PSDC	10	00
	Ivan Pinheiro	PCB	07	00
	José Serra	PSDB	07	00
	Levy Fidélis	PRTB	01	00
	Marina Silva	PV	20	00
	Plínio Soares	PSOL	02	00
	Rui Pimenta	PCO	00	00
	Zé Maria	PSTU	02	00
	Total	---	72	00
2014	Aécio Neves	PSDB	52	00
	Dilma Roussef	PT	25	00
	Eduardo Jorge	PV	12	00
	Eymael	PSDC	06	00
	Levy Fidélis	PRTB	01	00
	Luciana Genro	PSOL	11	00
	Marina Silva	PSB	53	00
	Mauro Iasi	PCB	12	00
	Pastor Everaldo	PSC	10	00
	Rui Pimenta	PCO	11	00
	Zé Maria	PSTU	04	00
	Total	---	197	00
	Álvaro Dias	PODE	09	00
	Cabo Daciolo	PATRIOTA	23	00
	Ciro Gomes	PDT	36	01

2018	Eymael	PSDC	06	00
	Fernando Haddad	PT	76	02
	Geraldo Alckimin	PSDB	07	00
	Guilherme Boulos	PSOL	151	04
	Henrique Meirelles	MDB	09	00
	Jair Bolsonaro	PSL	19	00
	João Amoêdo	NOVO	15	00
	João Goulart Filho	PPL	19	00
	Marina Silva	REDE	38	01
	Vera	PSTU	06	00
	Total	---	414	08
2022	Ciro Gomes	PDT	11	00
	Constituinte Eymael	DC	06	00
	Felipe D´Avila	NOVO	20	00
	Jair Bolsonaro	PSL	46	00
	Léo Péricles	UP	14	00
	Lula	PT	19	00
	Padre Kelmon	PTB	07	00
	Simone Tebet	MDB	26	00
	Sofia Manzano	PCB	20	00
	Soraia Thronicke	UNIÃO	34	00
	Vera	PSTU	16	00
	Total	---	219	00
Total		902	08	

Fonte: Dados coletados nos planos de governo. Elaborado pelos autores.

As menções relacionadas ao objeto de estudo desta pesquisa apareceram somente nas eleições de 2018. Sendo assim, identificou-se os seguintes candidatos: Guilherme Boulos – PSOL que apresentou 4 menções ao ensino das Artes e Fernando Haddad com 2 menções. Marina Silva – REDE e Ciro Gomes – PDT, apresentaram 1 menção ao ensino das Artes, cada.

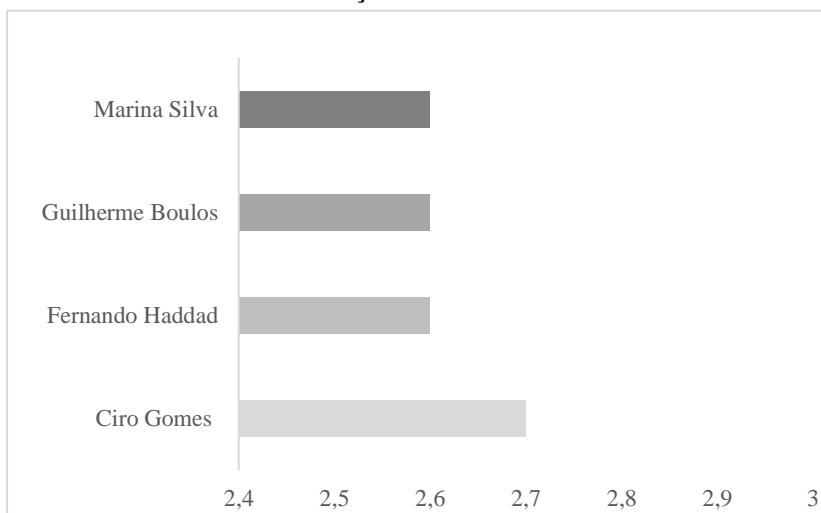
Dessa forma, é perceptível observar que o quantitativo de 8 menções correlatas ao tema pesquisado, demonstra a baixa expressividade do ensino das artes no contexto educacional. Baumgartner e Jones (2015) sinalizam que o número reduzido de propostas para um determinado assunto pode estar vinculado a escassez de recursos e de atenção, o que contribui com a pouca expressividade do tema correlato em questão.

No que se refere ao valor absoluto das menções, isto é, o número de menções por candidatos(as) por representação político-partidária referentes à educação e ao ensino das Artes, não se observou nenhuma lógica como apresentado nos planos de governo das eleições 2018, quando comparadas com aos demais pleitos realizados nos anos de 2010, 2014 e 2022, uma vez que não contabilizaram menções ao objeto de estudo desta pesquisa. Para Brasil e Capela (2019) as mudanças na atenção a um determinado assunto vão além das disputas políticas e podem ocorrer em governos do mesmo partido. Ou seja, há uma complexidade muito grande de variáveis que pode afetar diretamente o processo de mudança de atenção a um determinado tema. Nesta perspectiva, torna-se necessário também entender a dinâmica política em questão

com base na percepção dos problemas e as definições das alternativas para o ensino das Artes mostradas nos documentos analisados.

Sendo assim, ao levar em consideração os dados supracitados foi possível verificar o percentual de atenção ao ensino das artes na arena eleitoral nacional conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Percentual de atenção ao ensino das Artes no contexto educacional



Fonte: Dados coletados nos planos de governo. Elaborado pelos autores.

Diante do gráfico apresentado pode-se dizer que Ciro Gomes – PDT obteve o maior percentual de atenção em relação ao tema, 2,7%. Guilherme Boulos - PSOL, Fernando Haddad – PT e Marina – REDE, ambos, apresentaram 2,6%. Vale ressaltar que os valores se referem ao percentual de atenção com base no total de menções ao tema por candidato(a). Neste contexto, verifica-se a pouca atenção dada ao tema na arena eleitoral nacional.

De acordo com Capella, Brasil e Sudano (2015) o diagnóstico dos problemas e as opções apresentadas pelos candidatos(as) servem como base para entender por que uma questão pública deve ser priorizada. Nesta perspectiva, torna-se necessário também entender a dinâmica política em questão com base na percepção dos problemas e as definições das alternativas para o ensino das Artes mostradas nos documentos analisados. Sendo assim, identificou-se um número reduzido de pautas atribuídas ao tema, consideradas similares e complementares, apresentando leves nuances sem se dissociarem do panorama proposto por todos os candidatos(as).

Segundo Capela (2018), a inclusão de um tema na agenda caracteriza-se como a busca por uma mobilização popular para se engajar possíveis eleitores que ainda não estão envolvidos ao processo. Sendo assim, observou-se no plano de governo de Ciro Gomes (2018) o ideário da

escola em tempo integral como facilitadora do acesso ao ensino das Artes. Haddad (2018) pontuou a necessidade do aumento de carga horária para tornar a experiência do ensino de Artes, uma experiência escolar atrativa.

Para Marina Silva (2018), as escolas devem promover atividades que estimulem o interesse do ensino de linguagens artísticas, promovendo uma forte aproximação entre educação e cultura. Guilherme Boulos (2018) defendeu diretrizes curriculares nacionais que assegurem o acesso ao conhecimento artístico no ambiente escolar. Boulos ainda vislumbra a garantia e autonomia universitária prevista na Constituição Federal com dotação orçamentária para a arte. Além disso, Boulos também prevê a criação de um fundo provisionado de recursos advindos do BNDES para romper com a dependência tecnológica nas áreas estratégicas como arte.

A percepção do ensino das Artes no contexto educacional encontra-se associada a utilização do fenômeno enquanto ferramenta auxiliar do processo de atendimento às diversas demandas sociais recentes, tais como: promoção do acesso à uma escola mais atrativa; as necessidades de bem-estar dos povos; desenvolvimento de novos ecossistemas produtivos; estímulo ao desenvolvimento integral dos jovens.

No que diz respeito a definição das alternativas, as pautas englobaram a escola em tempo integral como importante forma de facilitar o acesso ao ensino das Artes, bem como a necessidade do aumento de carga horária para atingir esse propósito, destacando-se também o apoio de dotação orçamentária e um fundo provisionado de recursos para assegurar que o conhecimento artístico no ambiente escolar aconteça e por fim, promover também uma forte aproximação entre educação e cultura, indo ao encontro do que é proposto pela LDB 9394/96 que prevê a promoção do desenvolvimento cultural dos alunos pela oferta do ensino das Artes em todos os níveis da educação básica. No demais, as pautas referentes ao tema pesquisado, ocuparam espaço apenas na plataforma eleitoral de 2018.

Os dados analisados demonstram que os vários instrumentos de política que podem ser listados durante o processo de formação da agenda não foram usados de forma eficaz. De acordo com Hood (1996) a nodalidade, autoridade, tesouro e organização são alguns dos vários instrumentos que podem ser usados para facilitar a criação de políticas públicas. A nodalidade se refere ao conjunto de informações disponíveis ao governo, o que permite a criação de campanhas públicas sobre uma variedade de temas de interesse estratégico. A autoridade depende da capacidade do governo de estabelecer regras que impactam vários grupos que possibilita aumentar ou reduzir sua intervenção em um setor específico. O tesouro refere-se à

capacidade do governo de adquirir e distribuir recursos financeiros. Dessa forma, a estrutura pública está ligada à utilização do poder institucional para o provisionamento de políticas públicas (Hood, 1986).

A ausência dos instrumentos supracitados nas pautas analisadas estabelece estreita relação com os valores e crenças dos candidatos(as) que concorreram as eleições para o cargo de chefe do executivo nacional brasileiro. Concomitantemente, evidencia-se a falta de articulação intrapartidária no que diz respeito ao processo de elaboração das propostas para o setor em questão, caracterizando assim um panorama complexo de se entender, haja vista a pontualidade de propostas no ano de 2018 por algumas legendas partidárias que se quer abordaram o tema referente ao ensino das Artes nas demais eleições.

Considerações Finais

Ao examinar a importância dada ao ensino das Artes no contexto educacional nas eleições presidenciais brasileiras, pode-se concluir que poucos candidatos(as) apresentaram propostas relacionadas a esse fenômeno.

Considerando os dados citados na pesquisa, acredita-se que a definição dos problemas e a definição das alternativas para o ensino das Artes no contexto educacional encontram-se vinculadas a ideia central dos programas de escola em tempo integral e aumento da carga horária. Em suma, evidenciou-se a pouca expressividade do tema na agenda política para a elaboração de propostas correlatas ao tema estudado.

As prioridades analisadas sobre o ensino das Artes no contexto educacional demonstram que a atenção dada sujeita-se as prioridades elencadas na arena política. Dessa forma, acaba sendo muito desafiante para os pesquisadores da política pública dessa área, quando se considera o grau de abstração das menções coletadas, dificultando assim, o processo de análise dos dados.

Além disso, percebe-se a carência de produções científicas que utilizam os pressupostos teóricos oriundos da Ciência Política enquanto referencial de análise. Isso limita a possibilidade de uma discussão teórica mais aprofundada sobre o objeto de estudo.

Dessa maneira, recomenda-se o desenvolvimento de novas pesquisas na área para entender como as agendas governamentais são criadas e de que forma os candidatos(as) eleitos tem trabalhado para efetivar o ensino das Artes no contexto educacional.

Referências

Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 9, n. 16, p. 936 - 946, maio, 2024.

ALBANO DE LIMA, S. R. O ensino das Artes na Educação Básica frente aos ordenamentos vigentes. **ORFEU**, Florianópolis, v.5, n.2, p. 1-15, dez., 2020.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **The politics of information**: Problem definition and the course of public policy in America. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2015.

BAUMGARTNER, F. R., & JONES, B. D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: **Câmara dos Deputados**, 1971. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: **Presidência da República**, 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Brasília: **Câmara dos Deputados**, 2017. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. 3. rev. Brasília: **MEC**, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidades em políticas públicas no período de 2013 a 2014. São Paulo: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 78, p. 1-22, 2019.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, Felipe G.; SUDANO, Andréia C.P.G. “O estudo da agenda governamental: reflexões metodológicas e indicativos para pesquisas”. In: 39ª Encontro Anual da ANPOCS. **Anais eletrônicos**. Caxambu, Anpocs, 2015.

Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 9, n. 16, p. 936 - 946, maio, 2024.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. The politics of agenda-building: an alternative perspective for Modern Democratic Theory. **Journal of Politics**, v. 33, n. 4, p. 892-915, 1971.

DEARING, J. W.; ROGERS, E. M. **Agenda-Setting**. Thousand Oaks: SAGE, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HOOD, C. C. **The Tools of Government**. Chatham: Chatham House Publishers, 1986.

MADEIRA, R.M.; TAROUÇO G.S. Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Ciências Sociais**, v.8, n.15, p.1-25, 2011.

RITTEL, H. W. J.; WEBBER, M. M. Dilemmas in a General Theory of Planning. **Policy Sciences**, v. 4, p.155-169, 1973.

ROCHERFORT, D. A.; COBB, R. W. **The politics of problem definition**: Shaping the policy agenda. University Press of Kansas, 1994.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **The Semisovereign People**: A Realist's View of Democracy in America. Wadsworth Thomson Learning, 1975.

SILVA, N. do N. Ensino de Arte e Disciplinação da Educação Artística na Educação Brasileira *In*: SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA, 4º., 2019, Dourados. **Anais**. Dourados, GEPPEF, 2020. p. 902-916.

STONE, D. A. **Policy paradox**: the art of political decision making. Nova York: Norton & Company, 2002.

Autor 1:



ROBERT ALEXANDRE RODRIGUES

Licenciado em Artes Cênicas - USP (2004); Especialista em Teatro e Educação (IFNMG); Especialista em Gestão Cultural (UESC); Especialista em Docência de Turismo e Hotelaria no Ensino Superior Lazer (SENAC); Pesquisador - CEGESP-UESB.

Email: bobdrigues@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5128324534240047>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1392-0490>

Autor 2:



TEMISTOCLES DAMASCENO SILVA

Licenciado em Educação Física (UESB); Tecnólogo em Gestão Pública (UEM); Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS); Doutor em Educação Física (UEM). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED-UESB).

Email: tom@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7755595184936952>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5932-9773>